**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria de Estado de Habitação

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

# *ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO*

# AGRONEGÓCIOS

Data: 11/03/2012
Duração: 3 horas

**Leia atentamente as instruções abaixo.**

**01-** Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

| Português | Conhecimentos Gerais | Conhecimentos Específicos |
|---|---|---|
| 01 a 10 | 11 a 20 | 21 a 50 |

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

**02-** Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

**03-** Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

**04-** No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B ■ D E

**05-** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

**06-** **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas.**

***Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.***

*O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões* ***não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato****.*

***Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.***

**07-** Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO CEPERJ
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Rio2016

*www.ceperj.rj.gov.br*
*sac@ceperj.rj.gov.br*

# PORTUGUÊS

## A consolidação da regularização fundiária como política urbana no Brasil

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles.

(Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

**01.** O texto defende a ideia de que a:

A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas
B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados

**02.** Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:

A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado

**03.** O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:

A) predomínio da impessoalidade
B) citações explícitas de outros textos
C) preponderância de sequências descritivas
D) emprego da norma de prestígio
E) presença de argumentação

**04.** "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

(2º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado

**05.** No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:

A) designa o signo linguístico em si mesmo
B) indica um uso diferente do sentido usual
C) delega a compreensão do sentido ao leitor
D) atribui a outros enunciadores o dito
E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico

**06.** "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

A) adversidade
B) causalidade
C) concessão
D) condição
E) adição

**07.** De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:

A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas

**08.** "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

A) explicativo
B) distributivo
C) enumerador
D) resumidor
E) comparativo

**09.** No texto, parte-se do pressuposto de que:

A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

**10.** No texto usa-se em sentido figurado a palavra:

A) coroou *(1º parágrafo)*
B) crucial *(2º parágrafo)*
C) celebrizada *(3º parágrafo)*
D) narcotraficantes *(4º parágrafo)*
E) vizinhos *(6º parágrafo)*

## CONHECIMENTOS GERAIS

**11.** De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:

A) sufrágio universal
B) plebiscito
C) referendo
D) iniciativa popular do processo legislativo
E) educação ampla

**12.** A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:

A) Igreja
B) Imprensa
C) Povo
D) Legislativo
E) Ministério Público

**13.** No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:

A) União
B) Empresas Tabagistas
C) Municípios
D) Fundações Públicas
E) Estados Federados

**14.** Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:

A) Fundação
B) Sociedade de Economia Mista
C) Autarquia
D) Secretaria
E) Empresa Pública

**15.** Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:

A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

**16.** Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.

**17.** Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:

A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos

**18.** Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:

A) aquicultura
B) equinocultura
C) pescocultura
D) camarocultura
E) vacumcultura

**19.** Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:

A) imposto
B) taxa
C) contribuição
D) tarifa
E) preço

**20.** Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:

A) urbanização
B) regularização fundiária
C) titulação
D) remoção dos moradores
E) preservação do meio ambiente

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**21.** A forma como a sociedade está organizada para desenvolver atividades econômicas, como produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços, denomina-se:

A) curva de possibilidade de produção
B) curva de indiferença
C) sistema econômico
D) problema econômico fundamental
E) recurso produtivo

**22.** De acordo com o fluxo circular da renda, as empresas fazem parte dos mercados de bens e de fatores de produção, da seguinte forma:

A) somente fazem parte do mercado de fatores
B) representam a oferta de ambos os mercados
C) representam a demanda de ambos os mercados
D) representam a demanda no mercado de bens e a oferta no mercado de fatores
E) representam a oferta no mercado de bens e a demanda no mercado de fatores

**23.** Sobre a curva de possibilidades de produção, é incorreto dizer:

A) é um recurso utilizado pelos economistas para ilustrar a questão da escassez
B) os pontos sobre a curva expressam a quantidade máxima possível de produção de um dos bens, dada a produção do outro
C) um ponto abaixo da curva significa uma produção aquém das possibilidades da empresa
D) os pontos sobre a curva expressam o ponto ótimo de lucro para a empresa
E) um ponto fora da curva significa uma produção além das possibilidades da empresa

**24.** As curvas de indiferença para bens complementares perfeitos possuem a seguinte característica:

A) são parábolas com a concavidade voltada para a origem
B) são côncavas em relação à origem
C) são convexas em relação à origem
D) consistem em duas retas perpendiculares
E) representam uma exceção à lei geral da demanda

**25.** Considere que um consumidor tenha a seguinte função utilidade : U = 2X + 2Y, onde X = quantidade consumida do bem X e Y = quantidade consumida do bem Y. Para este consumidor, os bens X e Y são:

A) complementares perfeitos
B) substitutos perfeitos
C) independentes
D) bens de giffen
E) bens inferiores

**26.** De acordo com o modelo clássico de determinação da renda, é correta a seguinte afirmativa:

A) a política monetária é eficaz na alteração do produto
B) a política fiscal é eficaz na alteração do produto
C) o papel da política monetária é determinar a posição da curva de demanda agregada e, consequentemente, o preço
D) o papel da política monetária é determinar o nível de investimento da economia
E) o papel da política monetária é alterar a composição da demanda agregada

**27.** A receita total de um vendedor será máxima quando:

A) o custo marginal for igual a zero
B) o lucro marginal for igual a zero
C) a receita marginal for igual ao custo marginal
D) o custo variável médio for igual ao custo marginal
E) a receita marginal for igual a zero

**28.** Uma estrutura de mercado de bens na qual o número de compradores e vendedores é muito grande, o produto comercializado é homogêneo e não existem barreiras à entrada de novos concorrentes é denominada:

A) concorrência monopolística
B) oligopólio
C) monopólio
D) oligopsônio
E) concorrência perfeita

**29.** Em uma economia fechada e sem governo, a alternativa que representa um componente de demanda agregada é:

A) gastos do governo
B) consumo das famílias
C) transferências governamentais
D) exportações de bens e serviços de não fatores
E) importações de bens e serviços de não fatores

**30.** Uma economia aberta apresenta as seguintes informações: C = 200 + 0,2Yd; I = 200; G = 500; X = 300; M = 0,16Y e T = 0,2Y. Sendo C = consumo das famílias; I = investimento das empresas; G = gastos do governo; X = exportações; M = importações; T = tributos; Yd = renda disponível e Y = renda, a renda de equilíbrio (Y) será:

A) 1.200
B) 1.500
C) 1.000
D) 1
E) 500

**31.** De acordo com o modelo keynesiano simples de determinação da renda, uma economia fechada, sem governo e com apenas um setor (famílias) apresenta:

A) poupança igual a zero
B) poupança igual ao investimento das empresas, que possui um valor positivo.
C) poupança das famílias e do governo
D) poupança das famílias, do governo e do setor externo
E) apenas poupança externa

**32.** O somatório das remunerações recebidas pelos proprietários dos fatores de produção, como retribuição pela utilização de seus serviços na atividade produtiva, denomina-se:

A) bens e serviços finais
B) produção
C) despesa
D) renda
E) variação de estoques

**33.** A curva IS representa o equilíbrio do seguinte tipo de mercado:

A) de fatores de produção
B) de ativos
C) de câmbio
D) financeiro
E) de bens

**34.** A alternativa correta de acordo com o modelo IS-LM de determinação da renda é:

A) qualquer ponto sobre a curva IS representa o equilíbrio no mercado de ativos
B) qualquer ponto sobre a curva LM representa o equilíbrio no mercado de bens e serviços
C) quanto menor a elasticidade do investimento em relação à taxa de juros, mais horizontal será a IS
D) quanto maior a propensão marginal a consumir, maior o multiplicador de gastos e menor será a inclinação da IS
E) quanto menor a elasticidade da moeda em relação à renda, maior será a inclinação da LM

**35.** Em relação à eficácia da política monetária no modelo IS-LM de determinação da renda está certo o seguinte comentário:

A) quanto maior a elasticidade da demanda de moeda em relação à taxa de juros, menor a eficácia da política monetária.
B) quanto maior a elasticidade do investimento em relação à taxa de juros, menor a eficácia da política monetária.
C) no caso da armadilha da liquidez, a política monetária é totalmente eficaz
D) no caso clássico, a política monetária é totalmente ineficaz.
E) nada pode ser afirmado sobre a política monetária já que o modelo IS-LM só considera o lado real da economia.

**36.** Existem curvas de demanda que apresentam elasticidade constante em toda a sua extensão, ou seja, a elasticidade é a mesma qualquer que seja o preço de um bem X. Isso ocorre em curvas do tipo:

A) $Q = 1.000P^{-2}$
B) Q = 1.000 – 2P
C) P = 100 – 0,5Q
D) P = 100 + 2Q
E) P = 1000 + 2Q

**37.** A relação entre a quantidade demandada do bem X e a renda do consumidor (supostas constantes todas as demais variáveis, que afetam a demanda do bem), é denominada curva de:

A) Phillips
B) Pareto
C) Engel
D) possibilidades de produção
E) demanda agregada

**38.** Considere uma economia com dois bens, A e B, com preços $P_A = 2$ e $P_B = 2$. Um consumidor cuja função utilidade seja representada por U = A.B, e que possua renda R igual a doze unidades monetárias, escolherá a seguinte cesta de consumo para maximizar sua utilidade:

A) A = 6 e B = 6
B) A = 6 e B = 4
C) A = 4 e B = 6
D) A= 3 e B = 3
E) A = 0 e B = 6

**39.** De acordo com a teoria da produção, a função de produção $Y = 4\ K^{0,5}\ L^{0,5}$ é de longo prazo, pois ambos os fatores são variáveis. Essa função apresenta:

A) rendimentos constantes de escala
B) rendimentos crescentes de escala
C) rendimentos decrescentes de escala
D) um fator de produção
E) quatro fatores de produção

**40.** Em relação aos conceitos de Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB), assinale a opção **incorreta**:

A) O PIB diz respeito à produção cuja renda é gerada dentro dos limites do território do país.
B) O PNB refere-se à produção cuja renda é de propriedade dos residentes do país, independente dessa renda ter sido gerada em outro país.
C) Quando nos referimos ao PIB estamos incluindo a renda líquida enviada ao exterior.
D) O PNB representa a diferença entre o PIB e a renda líquida enviada ao exterior .
E) No caso do Brasil, o PNB é maior do que o PIB.

**41.** O excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada de pleno emprego é denominado:

A) hiato deflacionário
B) hiato inflacionário
C) ótimo de Pareto
D) curva de Phillips
E) inflação inercial

**42.** Suponha uma economia sem mobilidade de capitais e regime de câmbio fixo. Partindo de uma situação de equilíbrio, um aumento da oferta de moeda pelo Banco Central:

A) inicialmente levará a um deslocamento da curva IS.
B) inicialmente levará a um deslocamento da curva BP.
C) inicialmente levará a um deslocamento da curva de oferta agregada.
D) é eficaz para a alteração da renda da economia.
E) é ineficaz para a alteração da renda da economia.

**43.** Sobre o regime de câmbio fixo, a alternativa incorreta é:

A) o Banco Central determina o valor da taxa de câmbio e se compromete a comprar e vender divisas à taxa estipulada.
B) para este regime apresentar resultados, o Banco Central deve possuir moeda estrangeira em quantidade suficiente para atender a uma situação de excesso de demanda por esta moeda à taxa estabelecida.
C) uma situação de déficit persistente não é sustentável no longo prazo.
D) uma situação de superávit persistente não é sustentável no longo prazo.
E) o Banco Central pode perseguir por meio da política monetária outros objetivos que não a simples manutenção da taxa de câmbio fixa.

**44.** O ponto de maximização de lucro para uma empresa monopolista é representado pela igualdade entre:

A) preço e custo marginal
B) preço e receita marginal
C) receita marginal e custo marginal
D) receita total e custo total
E) preço e receita total

**45.** Considerando um principal igual a R$ 5.000,00, o montante acumulado em 36 meses, a uma taxa de 4% ao mês, no regime de juros simples será igual a:

A) R$ 20.519,66
B) R$ 12.200,00
C) R$ 5.200,00
D) R$ 6.083,26
E) R$ 12.500,00

**46.** O principal que deve ser aplicado hoje para o acúmulo de um montante de R$ 2.000,00 daqui a 5 meses, no regime de juros compostos, a uma taxa de 2% ao mês, é:

A) R$ 1.811,46
B) R$ 1.567,05
C) R$ 2.000,00
D) R$ 10.000,00
E) R$ 12.000,00

**47.** Se a probabilidade de que um indivíduo X esteja vivo daqui a 15 anos é 0,6 e a de que outro indivíduo Y o esteja daqui a 15 anos é 0,4, então a probabilidade de que ambos estejam vivos daqui a 15 anos é de:

A) 0,6
B) 0,4
C) 1,0
D) 0,24
E) 1,50

**48.** Considere que uma urna contenha 6 bolas azuis e 4 bolas amarelas. Seja $E_1$ o evento "a primeira bola retirada é amarela" e $E_2$ o evento "a segunda bola retirada é amarela", não havendo reposição das bolas depois de retiradas. $E_1$ e $E_2$ são eventos dependentes. Assim, a probabilidade de ambas as bolas retiradas serem amarelas é:

A) 2/15
B) 1/10
C) 1/5
D) 1/3
E) 1/4

**49.** Em relação ao VAR (*value-at-risk)*, a alternativa falsa é:

A) trata-se de uma medida estatística de exposição a risco que reflete a possível perda em decorrência de uma variação adversa, em um ambiente normal de mercado.
B) prediz a queda do valor de uma empresa caso ocorram eventos desfavoráveis
C) calcula o risco financeiro do valor futuro de mercado de uma carteira de ativos, passivos e patrimônio líquido.
D) mostra se as empresas estão adequadamente diversificadas e se possuem capital suficiente.
E) sua maior vantagem é a dependência de padrões históricos que podem não ser válidos no futuro.

**50.** O índice que mede a eficácia geral da administração de uma empresa em termos de geração de lucros com os ativos disponíveis é denominado:

A) retorno do ativo total (ROA)
B) retorno do capital próprio (ROE)
C) lucro por ação (LPA)
D) índice preço/lucro (P/L)
E) índice preço/valor patrimonial (P/V)